

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 22). -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 27 de Setembro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Pedro Machado, por não ter estado presente na mesma. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão o seguinte ponto: -----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA (DECASF) -----

----- 4. Transportes Escolares para o ano lectivo 2010/2011. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara deu conhecimento que, para o funcionamento do projecto das Economias Criativas e dada a aprovação que foi feita quer pelo Executivo Municipal, quer pela Assembleia Municipal, torna-se necessário designar um representante desta autarquia na Comissão Instaladora da Associação Economias Criativas. -----

----- Assim, propunha que fosse designado o Presidente da Câmara, para membro da Comissão Instaladora, sendo substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado ou pela Vereadora Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, designando também o Técnico Superior António Alves para acompanhar o projecto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Segunda** – Propôs um voto de pesar ao Professor Aníbal Pinto Castro, que faleceu no passado dia 9 de Outubro. -----

----- Aníbal Pinto Castro, considerado uma das maiores referências das Letras e Humanidades, em Portugal e no estrangeiro, era actualmente Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Para além de prestigiada pessoa dos meios universitários e culturais de região, foi muitas vezes representante do município de Montemor-o-Velho, nomeadamente na Fundação de Inês de Castro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Professor Aníbal Pinto Castro. -----

----- Mais deliberou por unanimidade enviar o mesmo à Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e à família de Aníbal Pinto Castro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que no passado dia 8 de Outubro de 2010, a Câmara Municipal recebeu as Orientações aprovadas pelo Governo para o Orçamento de Estado/2011 e alguns comentários feitos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

----- Mais disse que se vai realizar um Conselho Geral desta Associação, no próximo dia 20 de Outubro do corrente, onde este tema irá ser debatido. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em face deste documento, os Vereadores do Partido Socialista não o subscrevem, porque não têm elementos suficientes para aferir os números e resultados aí apresentados. Têm sérias e fundadas dúvidas sobre algumas conclusões e considerandos ali apresentados contra o Governo.-----

----- Mais disse que têm a certeza absoluta que, o esforço exigido aos Portugueses pelo Governo, tem que ser partilhado por todos, incluindo os municípios portugueses. -----

----- Também não deixam de referir que não estão de acordo com todas as medidas, em particular, que foram apresentadas pelo Governo, mas isso não lhes permite subscrever este documento. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu que não estava em causa, neste momento, qualquer decisão sobre a matéria, mas apenas dar conhecimento ao executivo municipal da comunicação da ANMP.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Deu conhecimento que no dia 12 de Outubro chegam ao concelho de Montemor-o-Velho os representantes do projecto Cantata, com quem partilham um conjunto de iniciativas em áreas ligadas sobretudo, ao desenvolvimento e à caracterização turística do território. Estes representantes são do País de Gales, Irlanda, França e Espanha. ---

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Na sequência dos trabalhos que vão ser efectuados e que vão decorrer nos dias 13 e 14 de Outubro, gostaria de fazer um convite ao executivo para estarem presentes no jantar que se realiza no dia 14 de Outubro, por volta das 20 horas, na Quinta de S. Luís, em Pereira, para a despedida do grupo de trabalho.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Terceira** – Informou ainda que em relação ao CentroLogis e Associação Coimbra Região Digital, gostaria de deixar algumas informações que possam permitir ao executivo, ter uma leitura mais atempada e oportuna sobre alguns dos desenvolvimentos da funcionalidade destas duas estruturas.-----

----- No que diz respeito à Associação Coimbra Região Digital, houve na passada semana uma assembleia geral, onde foi feita uma apreciação de um relatório extenso e autónomo que perspectivou o futuro daquela associação, quer em termos de objectivos, quer em termos de precariedade económica/financeira, quer em termos de desenvolvimento de objectivos dentro da área informática, que pudesse ser interessante e importante para os diferentes municípios que constituem aquela associação.-----

----- Para quem esteja menos atento nesta matéria, esta associação é constituída por um conjunto muito variado de municípios e privados, a maioria oriundos de duas NUTS territoriais da CIM do Baixo Mondego e da CIM do Pinhal Interior Norte.-----

----- Na leitura que foi feita sobre estes relatórios e sobre várias questões que foram apenas na leitura transmitida pelos órgãos dirigentes daquela associação, e depois da votação por parte dos elementos ali presentes, não se verificaram votos favoráveis.-----

----- Verificaram-se apenas 6 abstenções (Câmaras Municipais de Coimbra, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Mealhada, Condeixa e de Penacova) e todos os outros foram votos contra, o que pode inferir que a própria Associação estará a caminho de uma assembleia geral, que poderá ser de extinção ou de liquidação.-----

----- Do ponto de vista do município de Montemor-o-Velho, teve a oportunidade de manifestar a observação de que a extinção daquele património e daquela associação poderia ser delicada.-----

----- É evidente que o senhor Presidente da Assembleia Geral, que neste caso é o Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, anuiu nas sugestões e solicitações que alguns dos municípios mais adversos à sua extinção manifestaram, nomeadamente na hipótese de algumas das Comunidades Intermunicipais, e neste caso concreto, do Baixo Mondego, poder vir a ser uma entidade interessada em “ficar” com a área de temática e desenvolvimento, que até agora a Associação Coimbra Região Digital tem feito.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11***

----- Dentro desse âmbito, irão ser desenvolvidas algumas reuniões conjuntas entre a CIM do Baixo Mondego, a CIM do Pinhal Interior Norte e a Associação Coimbra Região Digital.----

----- Contudo, o que pode estar em causa é a continuidade desta mesma associação, caso a maioria dos seus associados venha a votar favoravelmente a sua extinção, dado que não reconheceram grande viabilidade do projecto, na sequência daquilo que foi a leitura do relatório apresentado pela actual comissão que foi elaborada entre a direcção, a assembleia geral e alguns dos municípios que a compõem. -----

----- Em relação ao CentroLogis, este tinha como finalidade a criação de uma rede polinucleada de áreas logísticas que tinham como centralidade ou objectivo final de facto à acessibilidade e o desenvolvimento do porto da Figueira da Foz, a criação de uma zona de apoio logístico àquele porto, que entrasse no Portugal Logístico, que era da competência do município da Figueira da Foz e que estava inicialmente previsto para se localizar junto ao nó da A17 e da A14, em Vale Murta. -----

----- Por várias vicissitudes e vários aspectos, neste momento, julga que a leitura dos dirigentes do município da Figueira da Foz, em relação a este assunto, são um pouco divergentes em relação ao status inicialmente desenhado. Esta situação pode configurar alterações significativas da sua localização, transpondo a margem sul do Mondego e criando outras apetências a jusante da foz do Mondego. -----

----- Logicamente que tudo isto poderá pôr em causa alguma leitura da importância e da pressão política exercida pelos municípios a norte, no sentido da recuperação da linha da Beira Alta, ou seja, do ramal da Figueira da Foz/Pampilhosa, que assume especial interesse para quatro municípios: Figueira da Foz, Cantanhede, Montemor-o-Velho e Mealhada. -----

----- Poderá haver também uma leitura diferenciada daquilo que até hoje era um âmago importante para a nossa região. -----

----- Informa ainda os senhores Vereadores de que há alguma preocupação, sobretudo de alguns destes parceiros que estão situados mais a montante, deixando duas tónicas essenciais: -----

----- A primeira é a de que o município de Montemor, dada a sua proximidade com o porto da Figueira da Foz e com a confluência da A14 e da A17, se mantém intransigente na necessidade da recuperação do ramal da Figueira da Foz/Cantanhede/Pampilhosa. -----

----- Dentro deste âmbito, vai pautar-se com a parceria que tem sido sentida pelos parceiros quer da Mealhada, quer de Cantanhede, em manter esta circunstância, não só no que diz respeito à reabilitação deste percurso para fins de transporte ferroviário, mas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

fundamentalmente por alicerçar toda uma componente de valorização de transporte de mercadorias, que possa alimentar todo o esforço financeiro de empreendedorismo situado em todas zonas logísticas e industriais, que são criadas ao longo daquela via de comunicação. -----

----- Recorda o esforço que vai ser feito no Parque Logístico e Industrial de Arazede, que de facto, se por um lado tem uma via de comunicação essencial que é a A14, na ligação à A17 e à A1, devido às suas proximidades, também junto à linha ferroviária deste ramal, deve manter toda a pressão política para que se mantenha o exercício da recuperação daquele ramal. -----

----- Por outro lado, logicamente que acha que Montemor-o-Velho, dada a sua localização geográfica excelente de proximidade e de vizinhança com a Figueira da Foz, também sente que não é por essa vicissitude da ZAL de um local para outro que vai diminuir a capacidade de envolvimento e o interesse do município de Montemor. Já não tem essa mesma visão quando olha para a sub-região deste eixo territorial de Coimbra/Figueira da Foz, em que aí sim, poderão existir algumas vicissitudes que poderão levantar questões. -----

----- Em resumo, pretendia deixar para conhecimento do executivo municipal, que nestas duas associações estão a haver circunstancialismos que estão a pôr alguma discussão em cima da mesa sobre as temáticas, sobre a continuidade, e sobretudo, sobre a validade de alguns dos desideratos que as iniciaram e que ao mesmo tempo têm sido e que vão ser alvo de uma leitura muito mais forte no próximo dia 13 de Outubro (quarta-feira), numa reunião da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, seguida de uma outra do CentroLogis, que terão lugar em Montemor-o-Velho. -----

----- Não há da parte do município de Montemor, até agora, a necessidade de tomada de posição em qualquer das circunstâncias que julga mais vital e adequada, e por isso, ao fornecer esta informação, que é a mesma que detém, ao nível de todo o executivo, é para, na eventualidade da necessidade de uma partilha e de uma decisão política, poderem estar a par daquilo que serão alguns dos assuntos necessários para essa tomada de decisão política. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista irão estar presentes no jantar para que foram gentilmente convidados pelo senhor Presidente da Câmara, na Quinta de São Luís, em Pereira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- **Segunda** – Informou ainda que também irão estar presentes na inauguração oficial do Armazém da Cofanor.-----

----- Estavam orgulhosos pelo facto da senhora Ministra da Saúde, Dr.ª Ana Jorge estar presente. A sua presença servirá para reconhecer a importância do evento e do próprio investimento da Cofanor em Montemor, e parece-lhes que esta é a atitude correcta, esta é a “agenda política” que reconhecem como válida.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Mais disse que os Vereadores do Partido Socialista reclamam e associam-se ao protesto de muitos utentes sobre o estado caótico do troço de estrada (cerca de 100 metros) que liga o CAR à ponte das Lavandeiras, no Casal Novo do Rio.-----

----- Os utentes contestam o calendário de execução da obra, uma vez que, quando se realizou o Campeonato da Europa foi destruído o pavimento e depois foi repavimentado.---

----- Após o Campeonato da Europa o pavimento continua a ser destruído e não é pavimentado, sendo colocado saibro, que com as chuvas torna-se “pior a emenda que o soneto”. -----

----- Solicita por isso que se altere e se respeite o grande número de utentes que passam naquele troço e que se dê prioridade ao arranjo daquele pequeno troço entre a rotunda do CAR e a ponte das Lavandeiras. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que a senhora Ministra da Saúde vem ao concelho de Montemor por um projecto que pode ser emblemático, quer do ponto de vista da logística farmacêutica, na zona centro, quer sobretudo, porque nos momentos conturbados que atravessa o País, quando, e dizia-o com um certo recato, a própria estrutura que ali está fixada já o abordou para um eventual complemento de investimento. -

----- Aguardavam por isso a visita da Ministra da Saúde no próximo dia 19 de Outubro, pelas 17 horas para fazer uma visita e proceder à inauguração formal daquele espaço. -----

----- Usou também da palavra a Vereadora Isabel Quinteiro dizendo que, em relação ao troço entre a ponte das Lavandeiras e o CAR, este teve alguns problemas de pavimentação e teve que ser saneado.-----

----- Neste momento, o empreiteiro vai tomar providências para resolver rapidamente a situação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** -----

----- **1-DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **SECÇÃO DE CONTABILIDADE** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- 1 – ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA -----

----- WRC ADR, S.A. POR PARTE DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que o município de S. Pedro do Sul, de acordo com os estatutos, propôs ao município de Montemor-o-Velho a alienação do todo ou parte da sua participação na WRC ADR, S.A., num total de 1.000 acções.-----

----- Mais disse que o município de Montemor também é detentor de uma participação no capital social da WRC ADR, S.A., e apesar de se estar a atravessar um período complicado, a crise não pode ser vista como um “fantasma”, deve ser vista como um aliado. -----

----- Desta forma propõe que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho manifestasse o não interesse na alienação proposta pelo município de S. Pedro do Sul. -----

----- Disse ainda que em relação a esta associação, o município de Montemor, no decurso daquilo que venham a ser várias propostas a apresentar para uma redução substancial de encargos do ano de 2011, decorrentes do PEC e dos constrangimentos que todos sentem, voltariam a abordar este assunto. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista subscrevem a posição proposta pelo Presidente da Câmara e relembram o objecto desta associação, que é a promoção de acções geradoras de emprego, que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na região centro, em actividades de serviços, indústria e comércio exclusivamente relacionadas com a sociedade de informação e nova economia. -----

----- Entendem que é uma associação importante, pelo seu objecto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar que não tem interesse na alienação proposta pelo município de S. Pedro do Sul. -----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

----- 1 – CEDÊNCIA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE -----

----- – GRUPO DESPORTIVO “OS ÁGUIAS” -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve: -----

----- “Em 05 de Maio de 2009 foi assinado um Protocolo entre o Município de Montemor-o-Velho e o Grupo Desportivo “Os Águias” com o objectivo de definir as condições de cedência das instalações desportivas, compostas de campo de futebol, balneários, sanitários e recinto para o público, para nele construir um equipamento para a prática desportiva, designado por “Relvado Sintético de Araze de” . -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Verifica-se agora que para efeitos de candidatura ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) – Equipamentos para a Coesão Local, e para acesso à comparticipação nos encargos com as obras, torna-se necessário que o Município apresente documentos que o titule para o efeito, apresentando-se como solução a cedência do referido imóvel em regime de direito de superfície. -----

----- Contactado o Presidente da Direcção do Grupo Desportivo “Os Águias”, Sr. José António de Oliveira Costa, foi acordado a celebração de uma escritura de Direito de Superfície, com as seguintes condições: -----

----- 1- Cedência a título gratuito de prédio sito no lugar de Faíscas, propriedade do Grupo Desportivo “Os Águias”, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho e inscrito na matriz predial urbana sob o número 3763, da freguesia de Arazede, deste concelho; -----

----- 2- O prédio destina-se à construção de equipamento para prática desportiva, designado por “Relvado Sintético de Arazede”; -----

----- 3- O direito de superfície será constituído por 25 anos mais um, considerando-se renovado automática e sucessivamente por períodos de um ano; -----

----- Face ao exposto, e estando reunidas as condições para a celebração da referida escritura, julga-se pertinente a remessa do processo à reunião do executivo municipal para apreciação, anexando-se minuta da escritura do direito de superfície a celebrar com o Grupo Desportivo “Os Águias”. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista, porque estão a aprovar a cedência em regime de direito de superfície com o Clube Desportivo “Os Águias”, relembram o alerta que fizeram em relação a um reforço de ajuda àquele clube, em face dos constrangimentos que tiveram com esta obra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração da escritura do direito de superfície com o Grupo Desportivo “Os Águias”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – CEDÊNCIA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE -----

----- – CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve: -----

----- “Em 05 de Maio de 2009 foi assinado um Protocolo entre o Município de Montemor-o-Velho e o Clube Desportivo Carapinheirense com o objectivo de definir as condições de cedência de um imóvel correspondente ao artigo matricial rústico n.º 2353, sito no Bário de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

S. Pedro, Carapinheira, propriedade do referido Clube, para nele construir um equipamento para a prática desportiva, designado por "Relvado Sintético da Carapinheira".-----

----- Verifica-se agora que para efeitos de candidatura ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) – Equipamentos para a Coesão Local, e para acesso à comparticipação nos encargos com as obras, torna-se necessário que o Município apresente documentos que o titule para o efeito, apresentando-se como solução a cedência do referido imóvel em regime de direito de superfície.-----

----- Contactado o Presidente da Direcção do Clube Desportivo Carapinheirense, Sr. António Jorge Faria Louro, foi acordado a celebração de uma escritura de Direito de Superfície, com as seguintes condições:-----

----- 1- Cedência a título gratuito de prédio sito no Bário de S. Pedro - Carapinheira, propriedade do Clube Desportivo Carapinheirense, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 02364/280499 e inscrito na matriz predial rústica sob o número 2353, da freguesia da Carapinheira, deste concelho; -----

----- 2- O prédio destina-se à construção de equipamento para prática desportiva, designado por "Relvado Sintético da Carapinheira"; -----

----- 3- O direito de superfície será constituído por 25 anos mais um, considerando-se renovado automática e sucessivamente por períodos de um ano; -----

----- Face ao exposto, e estando reunidas as condições para a celebração da referida escritura, julga-se pertinente a remessa do processo à reunião do executivo municipal para apreciação, anexando-se minuta da escritura do direito de superfície a celebrar com o Clube Desportivo Carapinheirense."-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que em relação a estes dois assuntos, seguir-se-á certamente uma alteração ou actualização do protocolo, porque é um acto posterior.-----

----- Mais disse que os Vereadores do Partido Socialista concordam com esta forma de gestão de património. A Câmara Municipal faculta as condições logísticas de estrutura para que os clubes aí desenvolverem as suas actividades, mas a gestão do dia a dia cabe aos clubes.-----

----- São por isso da opinião de que esta é uma forma correcta de intervir nesta área do desporto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração da escritura do direito de superfície com o Clube Desportivo Carapinheirense, que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

3 – PROCEDIMENTO CONCURSAL DAF/AP/30/2010

– AQUISIÇÃO DE PLATAFORMAS FLUTUANTES E

BARCOS DE APOIO

– ERROS E OMISSÕES

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços Jurídicos e da acta do Júri do Concurso Público n.º 3969/2010, publicado no DRE n.º 168 – II Série de 30 de Agosto (DAF/AP/30/2010). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

1 – PEDIDO DE CESSAÇÃO DO CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DO -

BAR E ESPLANADA DA PISCINA MUNICIPAL DE

MONTEMOR-O-VELHO

----- Foi presente uma informação dos serviços de Finanças Locais dando conta que, na sequência da deliberação do Executivo Municipal de 31 de Agosto de 2010, em carta datada de 29 de Setembro do corrente ano, vem a munícipe Lucília Canais Duarte, viúva de Artur Pessoa Cadima, na qualidade de cabeça de casal na herança indivisa aberta por óbito do seu marido, requerer que lhe seja autorizada a cessação do contrato de exploração do Bar e Esplanada da Piscina Municipal de Montemor-o-Velho a partir do dia 01 de Outubro de 2010. -----

----- Mais informam os serviços que a requerente fundamenta o seu pedido devido à da sua idade e estado de saúde. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que tem conhecimento pessoal da situação. Efectivamente, após o falecimento do marido, a senhora Lucília Canais Duarte, tem tido problemas de saúde e portanto trata-se de uma situação de todo imprevista e imprevisível. -----

----- Trata-se de uma pessoa que cumpre com as suas obrigações, tendo o mês de Setembro pago, não se tratando de um caso de fuga ao cumprimento de obrigações, é um caso de força maior. -----

----- Por esse motivo o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a cessação do contrato de exploração do Bar e Esplanada da Piscina Municipal de Montemor-o-Velho a partir do dia 01 de Outubro de 2010. -----

----- Mais deliberou por unanimidade determinar a abertura de novo procedimento para cessão de exploração de “Bar e Esplanada da Piscina Municipal”, em moldes idênticos ao

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

anterior, delegando no Presidente da Câmara poderes para aprovação do caderno de encargos e programa de concurso, bem como para os demais procedimentos até à fase de adjudicação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE -----**

----- **ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA, SITO NA RUA DA ESCOLA -**

----- **PRIMÁRIA DOS PELICHOS, FREGUESIA DE ARAZEDE -----**

----- Foi presente uma carta de Zélia Julião Paulino Oliveira e Manuel de Oliveira Jorge, proprietários e exploradores de um estabelecimento de Mercearia, sito na Rua da Escola Primária dos Pelichos, freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho, em que solicitavam que lhe fosse concedido o alargamento de horário do estabelecimento aos Domingos de manhã (das 9:00 horas até às 12:00 horas). -----

----- Pelo Departamento Administrativo e Financeiro foi prestada informação com base no pedido e de acordo com o § único, nº.3º. do artigo 4º. do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, de que a Câmara Municipal tem competência para alargar os limites horários destes estabelecimentos desde que sejam devidamente fundamentados. -----

----- Depois de colhidos os pareceres pelas entidades Junta de Freguesia de Arazede, Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor (DECO), emitiram parecer favorável, salvaguardando a protecção e a qualidade de vida dos cidadãos residentes na área de localização deste estabelecimento e que tal horário se traduza num benefício efectivo para os consumidores. -----

----- A Associação da Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) menciona que não pode emitir parecer, que por se tratar de um estabelecimento comercial (mercearia) e não um estabelecimento de restauração e bebidas. -----

----- Assim torna-se necessário que a Câmara delibere no sentido de autorizar o alargamento de horário de funcionamento, a Zélia Julião Paulino Oliveira e Manuel de Oliveira Jorge, aos Domingos de manhã (das 9:00 horas até às 12:00 horas). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços e aos pareceres das entidades, deliberou por unanimidade aprovar o alargamento de horário de funcionamento, aos Domingos de manhã (das 9:00 horas até às 12:00 horas), do estabelecimento de mercearia explorado por Zélia Julião Paulino Oliveira e Manuel de Oliveira Jorge, sito na Rua da Escola Primária dos Pelichos, freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Ausentou-se neste ponto a Vereadora Paula Rama.-----

----- 3 – AVERBAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE -----
 ----- ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS, DE “NOV’ ALHAstro BAR”, ----
 ----- SITO NO LARGO DO ALHAstro, FREGUESIA -----
 ----- DA CARAPINHEIRA -----

----- Foi de novo presente pelo requerente Márcio António Pinto Branco, o processo que solicitava o averbamento de entidade exploradora do estabelecimento de bebidas, denominado “Nov’Alhastro - Bar”, sito no Largo do Alhastro, freguesia de Carapinheira, do concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, foi o munícipe notificado, de que, era intenção da Câmara Municipal não manter o alargamento do horário anteriormente autorizado, com base nas reclamações recebidas, bem como fixar o horário de encerramento nos seguintes termos: dias de semana das 13:00h/00:00 hora; fins-de-semana (sextas e sábados) e vésperas de feriado das 13:00h/02:00 horas, de acordo com a deliberação de 31 de Agosto do corrente ano. -----

----- Em resposta à notificação, vem o requerente alegar, que apenas pretendia proceder ao averbamento do horário de funcionamento, não possuindo legitimidade legal para requerer alteração do mesmo. -----

----- Pelo Departamento Administrativo e Financeiro e de acordo com o § único, nº.4º. do artigo 4º. do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, foi prestada uma informação, de que a intenção de restrição do horário de funcionamento daquele estabelecimento tem por base a existência de várias queixas apresentadas neste Município e na Guarda Nacional Republicana, demonstrando a preocupação dos munícipes pela sua segurança e protecção da qualidade de vida. -----

----- Desta forma, a alteração de horário em nada colide com o alegado em sede de audiência prévia, nomeadamente no que se refere à questão da legitimidade. -----

----- Assim torna-se necessário que a Câmara delibere no sentido de manter a decisão de restrição do horário de funcionamento do estabelecimento de Bebidas, denominado Nov’ Alhastro – Bar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou manter a deliberação de 31 de Agosto de 2010, fixando o horário de encerramento nos dias de semana das 13:00h/00:00h, fins de semana (sextas e sábados) e vésperas de feriado das 13:00h/02:00h. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

-----Voltou a tomar parte da reunião a Vereadora Paula Rama.-----

----- 4 – PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE-----
 ----- FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS -----
 ----- “RUBY CAFÉ”, SITO NA RUA FURRIEL JOSÉ RAMA FIDALGO, -----
 ----- FREGUESIA DE ARAZEDE-----

----- Foi presente um requerimento de Ruben António Maduro Gomes, explorador de um Estabelecimento de Bebidas, denominado “Ruby Café” sito na Rua Furriel José Rama Fidalgo, nº.45, freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho, em que solicitava o alargamento do horário de encerramento até às 04:00 horas, ao fim de semana (sexta feiras e sábados) e vésperas de feriados. -----

----- Pelo Departamento Administrativo e Financeiro, foi prestada informação com base no pedido e de acordo com o § único, nº.3º. do artigo 4º. do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, de que a Câmara Municipal tem competência para alargar os limites horários destes estabelecimentos desde que sejam devidamente fundamentados. -----

----- Depois de colhidos os pareceres pelas entidades “Junta de Freguesia de Arazede, Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor (DECO), Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARHESP), que emitiram parecer favorável, salvaguardando a protecção e a qualidade de vida dos cidadãos residentes na área de localização deste estabelecimento e que tal horário se traduza num benefício efectivo para os consumidores. -

----- O Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, não se pronunciou sobre o referido alargamento. -----

----- A Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, emitiram parecer desfavorável. -----

----- Assim torna-se necessário que a Câmara delibere no sentido de indeferir o pedido de alargamento de horário de funcionamento para o estabelecimento de bebidas, denominado “Ruby Café” sito na Rua Furriel José Rama Fidalgo nº. 45, freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho, explorado por Ruben António Maduro Gomes, face aos pareceres emitidos pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços e aos pareceres emitidos pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, deliberou por unanimidade indeferir o pedido de alargamento de horário de encerramento para o estabelecimento de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

bebidas, denominado " Ruby Café" sito na Rua Furriel José Rama Fidalgo nº. 45, freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho, explorado por Ruben António Maduro Gomes, mantendo-se o horário das 07h00 às 02h00. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

5 – PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE -----

FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS -----

"CAFÉ SURPRESA", SITO NA RUA DA IGREJA, -----

FREGUESIA DA CARAPINHEIRA -----

----- Foi presente um requerimento de Andreia Conceição Monteiro, de um estabelecimento de Bebidas, denominado "Café Surpresa" sito na Rua da Igreja, nº. 62, freguesia de Carapinheira, concelho de Montemor-o-Velho, em que solicitava o alargamento do horário de encerramento até às 04:00 horas, ao fim de semana (sexta Feiras e sábados) e vésperas de feriados. -----

----- Pelo Departamento Administrativo e Financeiro, foi prestada informação com base no pedido e de acordo com o § único, nº.3º. do artigo 4º. do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, de que a Câmara Municipal tem competência para alargar os limites horários destes estabelecimentos desde que sejam devidamente fundamentados. -----

----- Depois de colhidos os pareceres pelas entidades Junta de Freguesia de Carapinheira, Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor (DECO), Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARHESP) que emitiram parecer favorável, salvaguardando a protecção e a qualidade de vida dos cidadãos residentes na área de localização deste estabelecimento e que tal horário se traduza num benefício efectivo para os consumidores. -----

----- O Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, não se pronunciou sobre o referido alargamento. -----

----- A Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e a Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, emitiram parecer desfavorável.-----

----- Assim torna-se necessário que a Câmara delibere no sentido de indeferir o pedido de alargamento de horário de funcionamento para o estabelecimento de bebidas, denominado "Café Surpresa" sito na Rua da Igreja, nº.62, freguesia de Carapinheira, concelho de Montemor-o-Velho, explorado por Andreia Conceição Monteiro Freitas, face

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

aos pareceres emitidos pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços e aos pareceres emitidos pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, deliberou por unanimidade indeferir o pedido de alargamento de horário de encerramento do estabelecimento de bebidas, denominado “Café Surpresa” sito na Rua da Igreja, nº. 62, freguesia de Carapinheira, concelho de Montemor-o-Velho, explorado por Andreia Conceição Monteiro Freitas, mantendo-se o horário das 07h00 às 02h00.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**TESOURARIA** -----

----- **1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 08 de Outubro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 212.667,75 € (duzentos e doze mil, seiscentos e sessenta e sete euros e setenta e cinco centimos) e em Operações de Tesouraria de 309.011,40 € (trezentos e nove mil, onze euros e quarenta centimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

-----**SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

-----**SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS**-----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

----- **1 - CARREIRAS HORIZONTAIS E VERTICAIS – REPOSIÇÃO DE** -----

----- **QUANTIAS INDEVIDAMENTE PROCESSADAS E PAGAS**-----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativa e Financeira que a seguir se transcreve:-----

----- “Relativamente ao assunto supra referenciado cujos antecedentes se anexam, foi solicitado a sua Excelência o Ministro do Estado e das Finanças o parecer previsto no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho. -----

----- Foi obtida a resposta que igualmente se junta de acordo com a qual, nos Municípios, compete ao Presidente da Câmara decidir sobre os assuntos relacionados com a gestão e direcção dos recursos humanos afectos aos serviços municipais, designadamente em matéria de relevação de reposição.-----

----- Assim sendo, e por maioria de razão, conclui-se que nada obsta a que o Presidente da Câmara alargue o período previsto no art.º 38.º daquele DL 155/92, de 28 de Julho (o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

termo do ano económico seguinte à ordem de reposição ou, para além desse prazo, mas não podendo cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor) o que se propõe, atendendo à débil situação económica dos agregados familiares dos trabalhadores em causa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre 27 de Setembro e 08 de Outubro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS PARA A CONSTRUÇÃO DE --

----- CENTRO DE DIA E ARRUMOS (LEGALIZAÇÃO), -----

----- A REQUERIMENTO DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA -----

----- BUNHOSA – PROCº. N.º163/2010 -----

----- Foi presente o pedido de isenção de taxas para a emissão do alvará de licença de obras para a construção do Centro de Dia e arrumos (legalização), solicitado pelo Centro Social e Cultural da Bunhosa. -----

----- A pretensão tem enquadramento na alínea c) do nº 1 do artº. 55 do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização e foi apresentado cópia da Declaração publicada na III série do Diário da República nº. 70 de 24/03/1998, comprovativa do registo definitivo dos Estatutos da Instituição, pelo que se sugere na informação DOT Nº, 206-RS/2010, que o assunto seja presente a Reunião do Executivo Municipal para decisão superior no sentido de isentar aquela Instituição do pagamento das respectivas taxas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade isentar a Instituição do pagamento das taxas para a obra de construção de centro de dia e arrumos – legalização, no âmbito do processo de obras nº. 163/2008. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL -----

----- 2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

-----Ausentou-se a partir deste ponto a Vereadora Isabel Quinteiro. -----

-----1 – PASSAGENS PEDONAIS SOBRE A LINHA DO NORTE:-----

----- PASSAGEM INFERIOR AO KM 200+338.5 -----

----- - RELATÓRIO FINAL/ADJUDICAÇÃO-----

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 148º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o relatório final e dar conhecimento do mesmo a todos os concorrentes, para efeitos do disposto nos artigos 270º e 271º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Decorrido o prazo referido no art.º 270º do Decreto-Lei acima mencionado, e caso não seja apresentado qualquer recurso, adjudicar a empreitada em epígrafe à Terraplanagens Alferope, Lda, classificada em 1º lugar, pelo montante de 465.000,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 7 meses. -----

----- Três – Que a empresa apresente a caução e os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP - (Código dos Contratos Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Quatro - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

-----2 – PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE-----

----- MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO -----

----- - PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO -----

----- IMPUGNAÇÃO DO CONCORRENTE SÁ MACHADO & FILHOS,---

----- LDA -----

----- Foi presente uma impugnação apresentada pelo concorrente Sá Machado & Filhos, Lda., acompanhada de um parecer do júri do concurso e que consta como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é de abstenção, sendo certo que o projecto tem merecido voto desfavorável da parte do Partido Socialista, por razões já aduzidas em reuniões de Câmara anteriores, nomeadamente por serem contra a sua execução.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Neste caso concreto, trata-se de um caso de procedimento, e por esse motivo abstêm-se, de acordo com as razões técnicas e o parecer apresentado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na fundamentação do júri do concurso deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação "Montemor, Sempre" e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, indeferir a impugnação apresentada pelo concorrente Sá Machado & Filhos, Lda. e adjudicar definitivamente a empreitada ao Agrupamento Liftech – Tecnologia para elevadores, Lda/Kone Portugal-Elevadores, Lda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **Voltou o tomar parte da reunião a Vereadora Isabel Quinteiro.** -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 1 – MANUTENÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ABASTECIMENTO DE ----

----- **ÁGUA: SISTEMA DE TENTÚGAL (RESERVATÓRIO R9 – REFORÇO --**
DE TRATAMENTO) -----

----- ABERTURA DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, é urgente proceder à execução de obras de construção civil e fornecimento de todos os equipamentos mecânicos, eléctricos e de tratamento necessários, ao correcto funcionamento da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Sistema de Abastecimento de Tentúgal, de forma a permitir o controlo da qualidade da água através da sua estabilização (correção de agressividade) e da redução das taxas de ferro e magnésio. -----

----- Os Serviços informaram ainda que, o preço contratual destes trabalhos é de 152.000,00 €, tornando-se necessário que a Câmara se pronuncie quanto à aprovação dos elementos em epígrafe. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP):-----

----- -Adelino Caridade Miranda, Eng.º - Presidente -----

----- -Carlos Alberto Abrantes Borges, Eng.º - Vogal-----

----- -Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.ª – vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- -Catarina Maria Oliveira e Costa, Eng.^a -----

----- -Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 – MANUTENÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ABASTECIMENTO DE ---**

----- **ÁGUA – SISTEMA DA ABRUNHEIRA (RESERVATÓRIO R2)” -----**

----- **- ABERTURA DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, foi feita a reformulação do projecto para a recuperação do reservatório R2 do sistema de abastecimento de água da Abrunheira uma vez que o mesmo se encontra em elevado estado de degradação, sob risco de poderem eventualmente ocorrerem situações imprevisíveis em matéria de abastecimento. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço contratual destes trabalhos é de 70.000,00 €, tornando-se necessário que a Câmara se pronuncie quanto à aprovação dos elementos em epígrafe. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- -Adelino Caridade Miranda, Eng.^o - Presidente -----

----- -Carlos Alberto Abrantes Borges, Eng.^o - Vogal-----

----- -Catarina Maria Oliveira e Costa, Eng.^a – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

----- -Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a -----

----- -Ana Raquel Fonseca, Eng.^a – Vogal -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – PROJECTO BANDAS EM CONCERTO 2010/2011 -----

----- – Direcção Regional da Cultura do Centro do -----

----- Ministério da Cultura -----

----- – PEDIDO DE APOIO -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento que a Direcção Regional de Cultura do Centro irá levar a cabo o Projecto Bandas em Concerto 2010/ 2011, que, tendo como objectivo central a qualificação dos músicos e dos repertórios das Bandas Filarmónicas da Região Centro, irá decorrer entre 2 de Outubro de 2010 a 17 de Abril de 2011.--

----- O projecto será composto por um ciclo de concertos, das bandas filarmónicas que demonstraram interesse em aderir. No que diz respeito ao elenco artístico, as formações musicais concelhias que participam no projecto são as seguintes: a Academia Musical Arazedense, a Associação Filarmónica União Verridense e a Filarmónica de Instrução e Recreio de Abrunheira.-----

----- Estando prevista a realização de 37 concertos, relativamente às filarmónicas concelhias, estão programados os seguintes concertos:-----

----- 09/10/2010 – Centro Cultural de Celorico da Beira | FIRA-----

----- 07/11/2010 – Centro de Artes e Espectáculos de Sever do Vouga | AMA-----

----- 06/03/2011 – Cine-Teatro Avenida de Castelo Branco | AFUV -----

----- De acordo com o Ofício N.º 2843/ 2010), a Direcção Regional de Cultura do Centro solicita o apoio desta Autarquia, na prossecução do projecto atrás referido e que se traduz na disponibilização dos transportes necessários à deslocação das filarmónicas em apreço. ---

----- Sobre esta solicitação de apoio, informou o seguinte: -----

----- 1| A realizarem-se estes serviços em viaturas municipais seria necessário a disponibilização (dado o número de pessoas envolvidas e equipamentos respectivos) do mini-autocarro, de duas carrinhas de 9 lugares e de uma carrinha de caixa aberta (para o equipamento). Sem abordar a questão da eventual disponibilidade das viaturas, de realçar os gastos financeiros que acarreta a realização do serviços em viaturas municipais (combustível e realização de trabalho em horário extraordinário de serviço para os motoristas);-----

----- | 2| Em caso de anuência superior, partindo para a solução de aluguer dos serviços de transporte atrás referidos, foi solicitado um orçamento informal, para a realização dos mesmos, tendo sido apresentado os seguintes valores: -----

----- Abrunheira | Celorico da Beira | Abrunheira ----- 425 €

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Arazede | Sever do Vouga | Arazede ----- 300 €

----- Verride | Castelo Branco | Verride ----- 425 €

----- Assim, deverá o executivo decidir sobre o apoio a atribuir ao Projecto Bandas em Concerto 2010/ 2011, apresentado pela Direcção Regional da Cultura do Centro do Ministério da Cultura, que poderá passar por uma das duas seguintes situações: -----

----- | 1 | Apoio em viaturas municipais (faltando proceder à verificação da disponibilidades das mesmas); -----

----- | 2 | Apoio através do pagamento do aluguer, na totalidade ou parcialmente, dos serviços de transporte. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que, o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável e aproveitam igualmente para fazer um elogio à Direcção Regional da Cultura do Centro, nomeadamente ao seu Director Regional, que tem um grande empenhamento relativamente a estes eventos. É uma iniciativa a par de outras, do teatro, que tem a sua "marca". -----

----- Daí o elogio dos Vereadores do Partido Socialista a esta iniciativa, dado que já houve anteriormente alguma divergência em relação a estes financiamentos, e porque estas iniciativas envolvem todas as bandas do concelho e de outros concelhos. Trata-se por isso de um projecto abrangente e que promove efectivamente a música e as bandas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Projecto Bandas em Concerto 2010/ 2011, bem como o orçamento desta iniciativa, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – 5.º FESTIVAL DE OUTONO – CENTRO CULTURAL RECREATIVO E**

----- **DESPORTIVO DE VERRIDE** -----

----- **– APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE SUBSÍDIO** -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento da programação do 5.º Festival de Outono apresentada pela direcção do Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Verride (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- Na sequência da linha programática já seguida em edições anteriores o 5.º Festival de Outono, a decorrer no Centro Cultural de Verride, entre 26 de Setembro a 17 de Dezembro, apresenta várias eventos nas áreas do teatro, da música, dos costumes, das tradições, da literatura, do cinema e da criação. -----

----- Tendo em conta o programa e o orçamento apresentados propõe a atribuição de um subsídio de 1000 € ao Centro Cultural e Recreativo e Desportivo de Verride. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 1.000€ (mil euros) ao Centro Cultural e Recreativo e Desportivo de Verride. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – CENTRO CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DO MOINHO --

----- DA MATA -----

----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata, no valor 6.000,00€ (seis mil euros), para fazer face a despesas de investimento, mais concretamente em obras a efectuar em sede própria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata, no valor 6.000,00€ (seis mil euros), pagas em duas tranches, uma no corrente ano e a outra no primeiro trimestre de 2011. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 4 – TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2010/2011 --

----- O Vereador Pedro Machado, relativamente aos transportes escolares para o ano lectivo 2010/2011, deu conhecimento do seguinte: -----

----- Com o diploma referente ao Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro regulamenta-se a responsabilização da administração local por todo o processo de organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares. -----

----- Dando cumprimento ao diploma referido em epígrafe bem como ao Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2010/2011, informa que: -----

----- 1. Deram entrada na Divisão de Educação 1159 fichas de inscrição destinadas à comparticipação do transporte dos alunos que frequentam os vários estabelecimentos de ensino no concelho de Montemor-o-Velho e em outros concelhos, nomeadamente, Figueira da Foz, Soure, Cantanhede e Coimbra (documento anexo à presente acta sob o número sete);- -----

----- Foram efectuados 880 pedidos referentes a alunos que se encontram na escolaridade obrigatória, e que beneficiaram da comparticipação de 100%. -----

----- Pelos alunos que se encontram na escolaridade não obrigatória foram apresentados 258 pedidos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Foram indeferidos 21 pedidos apresentados por alunos residentes em outros concelhos e ainda por alunos que não têm direito a comparticipação conforme o previsto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro. -----

----- Os alunos que se encontram no ensino secundário beneficiam da comparticipação de 50% de acordo com a alínea a) da Portaria nº 181/86 de 2 de Maio, num total de 214 alunos. -----

----- Relativamente aos alunos que ainda não concluíram o 9º ano de escolaridade e que já cessaram a obrigatoriedade de matrícula, conforme o previsto pela alínea b) do nº6 do Artº.2 do Decreto-Lei nº. 301/96 de 31 de Agosto, verificam-se duas modalidades de comparticipação: -----

----- - 50% do custo do passe, atribuída a 2 alunos, com rendimento "per capita" superior ao valor da Remuneração Mínima Nacional;-----

----- -100% do custo do passe, atribuída a 38 alunos, com rendimento "per capita" inferior ao valor da Remuneração Mínima Nacional.-----

----- 2. No que concerne aos alunos que frequentam a E.B.I de Pereira, e que solicitaram transporte escolar (nº total de 176), alguns destes residem a uma distância inferior a 3 Km do estabelecimento de ensino. -----

----- No entanto, esta situação assume particular importância devido à ausência de transporte que permita a deslocação/regresso dos alunos em segurança, e à baixa taxa de ocupação da referida escola, pelo que o transporte escolar será um incentivo à permanência dos alunos na mesma. Deste modo, e face à estratégia da consolidação e viabilidade da E.B.I enquanto pólo educativo, propõe-se, à semelhança do sucedido em anos transactos, a comparticipação do transporte escolar. -----

----- 3. O transporte dos alunos é efectuado pelas empresas transportadoras concessionárias das respectivas áreas, nomeadamente: -----

----- - Moisés Correia de Oliveira, transporta os alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor, E.B. 2,3 Dr. Santos Bessa, E.B. 2,3 de Arazede, e ainda os que frequentam outros estabelecimentos de ensino fora do concelho.-----

----- - Joalto Mondego/Transdev Centro transporta os alunos da E.B. 2,3 de Arazede, do Agrupamento de Escolas de Montemor e ainda os que frequentam outros estabelecimentos de ensino fora do concelho.-----

----- -C.P. transporta os alunos residentes no concelho e que frequentam outros estabelecimentos de ensino fora do concelho, designadamente, no concelho da Figueira da Foz e de Coimbra. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- 4. No que concerne aos alunos do 1º CEB o transporte escolar é efectuado pelas IPSS's locais, transportadora Moisés Correia de Oliveira e pela Câmara Municipal, designadamente: -----

----- - Casa do Povo de Arazede efectua o transporte dos alunos provenientes da E.B.1 de Amieiro, Gordos, Meco e Zambujeiro, que se encontram suspensas, para a E.B.1 de Arazede. -----

----- - Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Pereira efectua o transporte dos alunos residentes na freguesia de Pereira e de Santo Varão para a E.B.I de Pereira. -----

----- - Moisés Correia de Oliveira transporta os alunos da E.B 1 e do J. de Infância do Seixo;

----- - Câmara Municipal efectua o transporte dos alunos que frequentam a E.B.1 da Torre.-- -----

----- 5. Os alunos do Jardim de Infância da Abrunheira e de Verride e da EB1 de Abrunheira, Verride e Ereira suspensas, serão transportados para o Centro Educativo de Montemor, pela empresa transportadora Moisés Correia de Oliveira, em regime de aluguer, serviço que terá o custo anual de 27.875,00€. -----

----- Este transporte irá abranger um total de 42 crianças, sendo efectuado com a presença de 2 vigilantes a quem compete zelar pela segurança das crianças, dando deste modo cumprimento ao n.º 2 e 3 do art.º 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril. -----

----- Os alunos provenientes da EB1 de Gatões e Moinho da Mata suspensas, serão transportados pelo mini-autocarro da Câmara Municipal, sendo este transporte realizado com a presença de uma vigilante no sentido de garantir a segurança das crianças. -----

----- Em articulação com a área financeira, a previsão de custos dos transportes escolares para 2010/2011 foi efectuada do seguinte modo: -----

----- - Considerando os valores dos transportes escolares de 2009/2010 (334.525,66 €) o custo médio por aluno foi de 284,46€. -----

----- Considerando que o transporte dos alunos do J. Infância/1.º Ciclo para o Centro educativo de Montemor importa uma despesa anual no valor de 27.875,00€ -----

----- Considerando que ainda não são conhecidos os valores exactos da inflação prevê-se que no ano lectivo 2010/2011ª despesa com os transportes poderá ascender a 351.590,48€. -----

----- Deste modo, propõe-se à aprovação uma despesa estimada de 351.590,48€ para o ano lectivo de 2010/2011. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente este assunto. No entanto gostariam de chamar a atenção

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

de que, quando se contratualiza esta despesa com as empresas de transporte, não contratam autocarros em elevado estado de degradação e sem o mínimo de condições de transporte de crianças. -----

----- Considera por isso que deve haver uma fiscalização e que sejam alertadas, desde logo, as empresas concessionárias para esta situação. -----

----- Os alunos do concelho merecem respeito quando são transportados para as escolas.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os transportes escolares para o ano lectivo 2010/2011, de acordo com o atrás descrito. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1 – ACORDO COOPERAÇÃO COM O GINÁSIO CLUBE -----

----- FIGUEIRENSE -----

----- O Presidente da Câmara propôs a celebração de um Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Ginásio Clube Figueirense, que consta como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- Disse ainda que existe uma ligação a este clube, para que se promova o basquetebol e a ligação com o clube local, que divulga e compete na parte de desporto de rendimento do basquetebol e que é o Clube Infante Montemor. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista elogiam a celebração deste Acordo de Cooperação com o Ginásio Clube Figueirense. -----

----- No entanto, gostariam de fazer alguns reparos e algumas sugestões: o Ginásio é importante para o desenvolvimento do basquetebol a par do Clube Infante Montemor, esta parceria com o CIM é muito importante para Montemor e que é devidamente sancionada e apoiada financeiramente pela Câmara, mas em relação a este protocolo deveria haver mais definição nas iniciativas a desenvolver pelo Ginásio Clube Figueirense e esta promoção da modalidade deve ser feita nas escolas, nas AEC's. Esta modalidade, tal como outras devem ser dada a conhecer aos alunos deste concelho. -----

----- Existe hoje uma iniciativa privada que, neste momento está em curso, que é uma alternativa às AEC's oficiais, que a sua filha pode frequentar e faz este apelo porque não quer que apenas a sua filha seja a beneficiária, mas todos os filhos do concelho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Ginásio Clube Figueirense. -----

-----VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11

----- Ausentou-se o Presidente da Câmara, tendo assumido a Presidência o Vereador Pedro Machado. -----

----- 1 – PROCESSO N.º 467/10.9 BECBR DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA -----

----- A Directora de Departamento Administrativo e Financeiro deu conhecimento da pendência do processo n.º 467/10.9BECBR cujos documentos facultou para consulta, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 52-A/05, de 10 de Outubro. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que em primeiro lugar os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente esta proposta. Contudo, gostariam de saber quais são os fundamentos para envolver o senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, dado que, por muitas divergências que tenham, exigem o respeito institucional do Presidente da Câmara. -----

----- Pretendiam perceber e saber quais são os fundamentos que nesta acção permitem ao ilustre jurista envolver o Presidente de Câmara, que merece todo o respeito, dado terem conhecimento de que nestas acções este não tem que ser demandado, pelas razões que sobejamente são do conhecimento de qualquer leigo inclusive. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com a proposta apresentada pelos Serviços, bem como ratificar os actos entretanto praticados no processo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (IGP) E O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- A Directora de Departamento Administrativo e Financeiro deu conhecimento de que em reunião do executivo municipal de 01 de Fevereiro do corrente ano foi aprovado por unanimidade a minuta de um Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Instituto Geográfico Português (IGP) e o Município de Montemor-o-Velho, com o objectivo de definir as responsabilidades na exploração e manutenção de uma estação de referência de aquisição de dados de posicionamento global (GNSS), a instalar na freguesia de Montemor-o-Velho, mais precisamente nas instalações dos reservatórios de água em São Gens. -----

----- Face à aprovação do mencionado protocolo, o referido Instituto foi notificado da decisão, tendo sido solicitado o envio do mesmo, assinado em duplicado, sendo posteriormente devolvido um dos exemplares, o que não tinha acontecido até ao passado dia 23 de Setembro. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião ordinária de 2010 de Outubro 11***

----- No dia 24 de Setembro e após recepção de e-mail proveniente da Divisão de Geodesia do referido Instituto, constata-se que após nova apreciação do protocolo por parte do IGP não lhes é possível fornecer gratuitamente os ortofotomapas do concelho, o que estava anteriormente previsto no ponto 9 da cláusula 3.^a (Responsabilidades do IGP) do Protocolo ("Disponibilizar gratuitamente os ortofotomapas do concelho, com actualização bianual").-----

----- Assim, face ao exposto e à alteração proposta pelo IGP sugere que o assunto seja novamente submetido à apreciação do executivo municipal, anexando-se a minuta do protocolo reformulado, cujo teor se mantém inalterado, à excepção de ter sido retirado o ponto 9 da Cláusula 3.^a.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Cooperação entre o Instituto Geográfico Português e o Município de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número nove.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **ENCERRAMENTO**-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a